



Município da Lourinhã

Divisão Jurídica e Recursos Humanos

Concursos

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusulas Jurídicas Gerais e Cláusulas / Especificações Técnicas

Procedimento por Ajuste Direto

[Nos termos do art.º 16º e alínea d) do n.º1 do art.º 20º do Código Contratos Públicos, na sua atual redação.]

Aquisição de serviços para

Aluguer de pista de gelo

Procedimento com a referência:

ADG/23/2022

Valor base para efeitos do presente procedimento é de 19.950,00Euros

O Vereador em regime de permanência a tempo inteiro da Câmara

Municipal da Lourinhã, por despacho da delegação

de Competências de 25/10/2021

(João José da Silva Serra, Vereador)

**JOÃO JOSÉ
DA SILVA
SERRA**

Assinado de forma
digital por JOÃO JOSÉ
DA SILVA SERRA
Dados: 2022.10.10
09:48:46 +01'00'

Índice

CADERNO DE ENCARGOS.....	3
PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	3
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
CLÁUSULA 1.ª – OBJETO	3
CLÁUSULA 2.ª – CONTRATO	4
CLÁUSULA 3.ª – PREÇO BASE	4
CLÁUSULA 4.ª – PRAZO DE ENTREGA OBJETO DO CONTRATO	4
CLÁUSULA 5.ª – GESTOR DO CONTRATO	5
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	5
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO.....	5
SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
CLÁUSULA 6.ª – OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO	5
CLÁUSULA 7.ª – ATUALIZAÇÕES JURÍDICO-COMERCIAIS.....	6
CLÁUSULA 8.ª – CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS.....	6
CLÁUSULA 9.ª – LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	7
CLÁUSULA 10.ª – INSPEÇÃO E TESTES.....	7
CLÁUSULA 11.ª – INOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS	7
SUBSECÇÃO II - DEVER DE SIGILO	8
CLÁUSULA 12.ª – OBJETO DO DEVER DE SIGILO	8
CLÁUSULA 13.ª – PRAZO DO DEVER DE SIGILO	8
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DA LOURINHÃ.....	8
CLÁUSULA 14.ª – PREÇO CONTRATUAL	9
CLÁUSULA 15.ª – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	9
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO.....	10
CLÁUSULA 16.ª – PENALIDADES CONTRATUAIS.....	10
CLÁUSULA 17.ª – FORÇA MAIOR.....	10
CLÁUSULA 18.ª – RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO	11
CLÁUSULA 19.ª – RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO	11
CAPÍTULO IV - CAUÇÃO	12
CLÁUSULA 20.ª – CAUÇÃO.....	12
CLÁUSULA 21.ª – SEGUROS	12
CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	12
CLÁUSULA 22.ª – FORO COMPETENTE	12
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	12
CLÁUSULA 23.ª – SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	12

CLÁUSULA 24. ^a – COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	13
CLÁUSULA 25. ^a – CONTAGEM DOS PRAZOS.....	13
CLÁUSULA 26. ^a – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	13
CLÁUSULA 27. ^a – PUBLICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.....	13
PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	14
ESPECIFICIDADES TÉCNICAS.....	14
OBJETO DO CONTRATO.....	14
VIGÊNCIA DO CONTRATO	15
GESTORA DO CONTRATO:	15
LOCAL:	15

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I | CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I – Disposições gerais

Cláusula 1.^a – Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de serviços para aluguer de pista de gelo**, de acordo com as **especificidades técnicas** definidas na **Parte II | Cláusulas Técnicas** do presente Caderno de Encargos.
2. O objeto do contrato encontra-se definido com Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, com código CPV – 92000000-1 serviços recreativos, culturais e desportivos, instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008 e passou a ser aplicável a partir de 15/09/2008.

Cláusula 2.^a – Contrato

1. O contrato a escrito é obrigatório nos termos do artigo 94 do CCP, na sua atual redação.
2. O contrato a celebrar, integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4

Cláusula 3.^a – Preço base

1. O preço base do procedimento, para os efeitos decorrentes do disposto no art.º 47.º do CCP, na sua atual redação é de EUR: **19.950,00** (dezanove mil novecentos e cinquenta e euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. O valor base tem por referência o resultado da consulta preliminar de mercado, efetuada conforme previsto no artigo 35º-A do CCP.

Cláusula 4.^a – Prazo de entrega objeto do contrato

1. O fornecedor obriga-se a proceder à entrega e montagem dos bens objeto do contrato, de forma, a que os mesmos estejam prontos a funcionar de 1 a 31 de dezembro, em conformidade com os respetivos termos e condições estipulados na **Parte II | Cláusulas Técnicas** do presente Caderno de Encargos.
2. O contrato mantém-se em vigor até à desmontagem, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. Todas as despesas, custos com o transporte, montagem e desmontagem dos bens objeto do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 5.^a – Gestor do Contrato

1. Foi designada como GESTORA DE CONTRATO, Sónia Rodrigues, Técnica Superior da Divisão de Desenvolvimento Territorial (DDT), responsável por acompanhar a execução deste contrato, nomeada pela entidade adjudicante, para a gestão do procedimento em articulação com a entidade adjudicatária.
2. Sempre que a gestora do contrato detete algum desvio, defeito ou outra anomalia deve comunicar ao órgão competente, através da elaboração de um relatório, no qual fundamenta as medidas corretivas adequadas.

5

Capítulo II – Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do Adjudicatário

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 6.^a – Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos, nomeadamente nas cláusulas técnicas, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de informar atempadamente a entidade adjudicante relativamente aos dias de montagem e desmontagem, de modo a que a entidade adjudicante possa informar a Proteção Civil, para comunicar com a Guarda Nacional Republicana (GNR) a eventual necessidade de cortes de ruas e condicionamento de trânsito;
 - b) A entidade adjudicatária obriga-se a prestar a devida manutenção e assistência técnica durante todo o período de funcionamento da pista de gelo;
 - c) A entidade adjudicatária obriga-se a ter seguro de Responsabilidade Civil, que responderá pelos possíveis danos causados a terceiros.
 - d) Obrigação de assegurar a entrega dos bens e a sua montagem / instalação nos termos do disposto nas peças do procedimento decorrentes do procedimento;
 - e) Obrigação de garantia do bem objeto do contrato;
 - f) Obrigação do cumprimento dos prazos de entrega, montagem / instalação;

- g) Obrigação de informar o gestor do contrato designado pelo Município da Lourinhã de qualquer situação anómala ao normal funcionamento do serviço;
 - h) Obrigação de prestar, de forma correta e fidedigna, toda a informação referente às condições em que é efetuado o fornecimento e montagem / instalação, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - i) Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento dos bens ou prestação do serviço, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - j) Obrigação de manter a proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação de propostas.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento, montagem / instalação, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 7.^a – Atualizações Jurídico-Comerciais

1. O adjudicatário deve comunicar ao Município da Lourinhã, qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato, e que altere, designadamente:
 - a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
 - b) A sua denominação e sede social;
 - c) A sua situação jurídica;
 - d) A sua situação comercial.
2. O adjudicatário obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

Cláusula 8.^a – Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O objeto do contrato deve ser executado em perfeitas condições de ser utilizado para o fim a que se destina e dotado de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

2. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
3. O adjudicatário é responsável, perante o Município da Lourinhã, por quaisquer defeitos ou discrepâncias do objeto do contrato que exista no momento em que este seja entregue ao Município.

Cláusula 9.^a – Local e condições de execução

O objeto do presente contrato compreende o aluguer, montagem / instalação, desmontagem de pista de gelo, no parque de estacionamento junto ao edifício da Câmara Municipal da Lourinhã, (conforme imagem em anexo, na parte II do presente CE)

Cláusula 10.^a – Inspeção e testes

1. No ato de entrega dos bens objeto do contrato, após a montagem e instalação, a gestora do contrato, **Sónia Rodrigues, Técnica Superior** da DDT, responsável única, nomeada pela entidade adjudicante, para a gestão do contrato em articulação com a entidade adjudicatária, procede, de imediato, à inspeção quantitativa e qualitativa do mesmo, com vista a verificar se aquele reúne as **especificações técnicas** definidas na **Parte II | Cláusulas Técnicas** do presente **Caderno de Encargos** e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior será efetuada mediante a realização dos trabalhos definidos para o efeito.
3. Durante a fase de realização de testes, o adjudicatário deve prestar ao Município da Lourinhã através da Gestora do Contrato, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

Cláusula 11.^a – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade da pista de gelo, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as **especificações**

técnicas definidas na **Parte II | Cláusulas Técnicas** do presente **Caderno de Encargos** a Gestora do Contrato deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.

2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município da Lourinhã às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade do bem e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a Gestora do Contrato procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 12.^a – Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da Lourinhã, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 13.^a – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações do Município da Lourinhã

Cláusula 14.^a – Preço contratual

1. Pelo fornecimento e montagem objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos o preço constante da proposta adjudicada não pode, em qualquer caso, ser superior a **19.950,00EUR** (dezanove mil novecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município da Lourinhã, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

9

Cláusula 15.^a – Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município da Lourinhã, nos termos da cláusula anterior, deverão ser pagas após receção, aceitação e verificação da conformidade do fornecimento, pelo contraente público, na figura da Gestora do Contrato, da respetiva fatura (s), no prazo de 30 dias, depois de boa receção de cada uma das faturas, nos seguintes termos:
 - 50% do valor após montagem da pista de gelo (até dezembro de 2022)
 - 50% do valor após desmontagem da pista de gelo (em janeiro de 2023)
2. As faturas deverão ser enviadas para o Município da Lourinhã – Divisão Administrativa e Financeira, Praça José Máximo da Costa, 2530-850 Lourinhã, com a indicação do número sequencial da ficha de compromisso, sem o qual a mesma não poderá ser aceite.
3. Para os efeitos do disposto no n.º 1, a obrigação considerar-se-á vencida a obrigação com a montagem (1.^a fase) e com a desmontagem (2.^a fase) do bem objeto do contrato nos termos constantes na Cláusula 8.^a do presente caderno de encargos.
4. Em caso de discordância por parte do Município de Lourinhã, quanto ao valor indicado na fatura, deverá este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de Cheque ou Transferência Bancária.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 16.^a – Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município da Lourinhã pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos estabelecidos de acordo com as características, **especificações técnicas** definidas na **Parte II | Cláusulas Técnicas** do presente Caderno de Encargos.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município da Lourinhã pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto de contrato cujo atraso tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município da Lourinhã tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. O Município da Lourinhã pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município da Lourinhã exija uma indemnização pelo dano excedente.

10

Cláusula 17.^a – Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se forem verificados os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.^a – Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município da Lourinhã, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinada pelo contraente público.

Cláusula 19.^a – Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, incluindo os juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 24.^a.
3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município da Lourinhã, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Capítulo IV - Caução

Cláusula 20.^a – Caução

De acordo com o estabelecido no n.º 2, do art.º 88.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação não é exigível a prestação de caução no âmbito do presente procedimento.

Cláusula 21.^a – Seguros

A entidade adjudicatária obriga-se a ter seguro de Responsabilidade Civil, que responderá pelos possíveis danos causados a terceiros.

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 22.^a – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 23.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do adjudicatário carecem de autorização, por escrito, da entidade adjudicante, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

Cláusula 24.^a – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Para efeitos de comunicações relativas à fase de execução do contrato, as partes devem identificar no mesmo as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

13

Cláusula 25.^a – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 26.^a – Legislação aplicável

Em tudo o omissa ou que suscite dúvidas no presente contrato, reger-se-á pela legislação portuguesa em vigor, nomeadamente:

- a) Código dos Contratos Público, na sua atual redação;
- b) Lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a elas relativas no que respeita à conformidade dos bens objeto deste contrato, à responsabilidade e obrigações do adjudicatário e do produtor e aos direitos do consumidor;
- c) Código do Procedimento Administrativo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, tendo sido revisto pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro;
- d) Restante legislação aplicável.

Cláusula 27.^a – Publicitação e adjudicação

Para a eficácia do contrato, a adjudicação será efetuada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos: www.base.gov.pt.

PARTE II | CLÁUSULAS TÉCNICAS

ESPECIFICIDADES TÉCNICAS

14

Aquisição de Serviços para Aluguer de pista de gelo

OBJETO DO CONTRATO

- Pista de gelo sintética, com 100m², com lotação para 15 adultos ou 20 crianças;
- Pavimento 10m x 10m;
- Tabelas transparentes a toda a volta da pista de gelo;
- Zona de atendimento para patinadores;
- Armário com patins para todos os patinadores;
- Máquina para afiar patins;
- Máquina para limpar patins;
- Capacetes para todas as crianças até aos 12 anos;
- Iluminação em todo o recinto da pista;
- Máquinas de neve;
- Som ambiente em toda a pista;
- Estrado para instalação da pista de gelo e zona de atendimento;
- Tenda para cobrir a zona de atendimento;
- Formação de monitores;
- Manutenção;
- Seguro de responsabilidade civil;
- Montagem e desmontagem da pista de gelo;
- Elementos de apoio à patinagem (Ex: figuras de pinguins/ursos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO

Pretende-se que a pista de gelo esteja em funcionamento de 1 a 31 de dezembro de 2022. O prazo de montagem da pista de gelo deverá acontecer entre 15 a 30 de novembro de 2022 e a desmontagem deverá ser realizada entre 01 e 15 de janeiro de 2023.

GESTORA DO CONTRATO:

15

Sónia Rodrigues, Técnica Superior da Divisão de Desenvolvimento Territorial

LOCAL:

Parque de estacionamento junto ao edifício da Câmara Municipal da Lourinhã.

